

A CONTAG se orgulha de sua história de lutas. Esta história apresenta avanços, derrotas e conquistas que marca o passado, o presente e construirão o futuro das trabalhadoras e trabalhadores rurais deste país

TRAJETÓRIA POLÍTICA DA CONTAG - AS PRIMEIRAS LUTAS¹

Na **década de 50**, as **organizações camponesas** passaram a se contrapor, de forma articulada, contra as ações de despejo acionadas pelos usineiros (Porecatu/PR) e da luta dos posseiros e arrendatários de Trombas e Formoso, em Goiás, onde várias lideranças se destacaram.

Em Pernambuco, fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, promovendo uma das mais importantes lutas da época, no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, nos limites da região Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. Foi quando surgiu a **primeira experiência de Ligas Camponesas** e, conseqüentemente, de resistência camponesa articulada a objetivos políticos mais definidos (...). A luta camponesa passa a ter uma postura politizada e politizadora. No processo de organização e luta, foram criadas outras organizações como o **Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER** na região sul do país. As várias formas de organizações camponesas passaram a sentir a necessidade de uma articulação nacional que representasse os interesses e as demandas específicas.

Em 1954, surgiu a **União dos Lavradores Agrícolas do Brasil – ULTAB**, durante a **II Conferência Nacional dos Lavradores**, realizada em São Paulo. O primeiro presidente foi **Lyndolpho Silva**, que, uma década depois, viria a ser o **primeiro presidente da CONTAG**. Nessa conferência, foram identificadas as bandeiras prioritárias entre elas o "estímulo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais".

CONTAG – PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NACIONAL NO CAMPO

As Ligas Camponesas, O MASTER, A Ação Popular – AP (ligada aos católicos radicais) e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – **ULTAB**, dentre outros, fizeram com que a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos fosse acelerada.

¹ Publicação – Revista Contag 40 anos

As organizações de esquerda com atuação no campo buscaram atualizar e ampliar as bandeiras de luta e estabelecer linhas de ação comuns. Neste sentido organizaram: o **1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas** (1961) – convocado e coordenado pela ULTAB; em 1962 acontece o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste; em 1963 a ULTAB organizou a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais (Natal-RN).

Em 1963 uma greve no setor canavieiro envolveu a Federação dos Lavradores, as Ligas Camponesas e sindicatos autônomos.

Em **22 de dezembro de 1963**, trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela **criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG**, reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.

A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional legalmente reconhecida. **A CONTAG nasceu em um momento crítico da atividade política do país, resistindo ao regime imposto pelos militares.**

O **golpe militar de 64** foi uma contra-revolução que barrou mudanças estruturais de democratização da sociedade brasileira. O golpe foi deflagrado contra o governo de João Goulart. Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu setores politicamente mais mobilizados à esquerda como, por exemplo, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP).

Os dirigentes sindicais mais combativos foram cassados, presos, torturados e substituídos por interventores que conduziam os sindicatos como órgãos de colaboração do Estado. Com o golpe militar, a direção da CONTAG foi deposta e alguns dirigentes foram presos.

Milhares de pessoas foram presas e casos de tortura transformaram-se em atos comuns. As pessoas também foram atingidas em seus direitos individuais e coletivos. O Ato Institucional (AI) foi criado pelo governo militar – cujo objetivo era justificar os atos de execução. Os militares justificavam sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e deter a “ameaça comunista”. Com o golpe, deu-se início à implantação de um regime político marcado pelo “autoritarismo”.

O Estatuto da Terra, elaborado durante o governo de João Goulart, foi promulgado devido às pressões internacionais e internas, mas, com profundas modificações. Ainda assim, marcou uma nova etapa em relação à legislação existente, permitindo, dentre outras

coisas, a intervenção do Estado no setor fundiário, mediante a desapropriação de terras por interesse social.

O **governo militar** concentrou-se na modernização das relações capitalistas no campo e nos projetos de colonização nas áreas de fronteira, preocupando-se com um projeto agrícola afinado com sua política econômica. Colocou à margem a pequena produção e favoreceu a ampliação ainda da concentração de terra e de renda no país. Houve um estímulo à especulação com a terra e de concessões a grandes empresas para atuarem no campo. A idéia aguçou o conflito em torno da propriedade, em especial nas áreas de fronteira agrícola. A política salarial, controlada pelo governo, impedia os aumentos reais e garantia ao patronato à crescente exploração de mão-de-obra barata. A repressão à atuação sindical não permitia que os assalariados rurais pleiteassem seus direitos trabalhistas.

Os pequenos e médios produtores foram incentivados a se modernizarem, adquirindo máquinas e equipamentos mediante financiamentos que, mais tarde, não conseguiram saldar. Essa situação, aliada à ausência de uma política diferenciada de créditos, resultou na perda de muitas propriedades, tornando irreversível o processo de concentração fundiária. As lideranças políticas sindicais comprometidas com a luta por direitos e liberdade, resistiram como puderam ao regime militar e no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CNTR.

No **1º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais da CONTAG**, realizado em São Paulo, estava clara a existência de dois grupos políticos, um ligado ao interventor e, outro ligado a trabalhadores e lideranças que se mostravam comprometidos com as lutas dos trabalhadores.

Em **1967**, o Rio de Janeiro é transformado em sede da **Conferência Nacional Intersindical**, congregando representantes dos trabalhadores rurais, bancários e industriários. Nessa conferência, a defesa da reforma agrária foi unânime, contando com a presença de sindicalistas rurais de quase todos os estados. Foi o início de uma articulação ampla, urbana e rural, de consolidação de uma chapa para concorrer às eleições da CONTAG.

Fruto da união operária e camponesa, por apenas um voto de diferença, a chapa encabeçada por **José Francisco da Silva** impõe a derrota ao interventor e então presidente da CONTAG, José Rotta. Empossada, a nova diretoria (**1968**) convocou todas as federações para um encontro, em Petrópolis (RJ), a fim de elaborar um **Plano de**

Integração Nacional - PIN. A preocupação maior era criar um instrumento capaz de garantir a unidade do MSTR diante da divisão política revelada no processo eleitoral.

O PIN elegeu a reforma agrária como uma das bandeiras de luta capaz de propiciar a unidade do movimento, pois seria de fundamental importância não apenas para os diretamente envolvidos nos conflitos pela terra, mas também para o pequeno produtor e o assalariado.

O PIN previu ações específicas para cada setor. No caso dos assalariados, por exemplo, foram incentivadas as ações coletivas, em grande número, para abarrotar as Juntas de Conciliação e Julgamento, forçando uma tomada de posição favorável aos trabalhadores. Essa proposta, quando levada à prática, causaria uma reação violenta do patronato e do poder público, que ameaçavam e puniam os líderes sindicais, por promoverem reuniões dos grupos nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

A **formação de líderes** era essencial para o futuro do MSTR. Por meio de cursos sobre a realidade brasileira, legislação trabalhista, agrária, agrícola, cooperativismo e de organização sindical, iniciou um contínuo trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais sobre os seus direitos, qualificando-os para a luta cotidiana.

O PIN marcou a singularidade do MSTTR dentro do sindicalismo brasileiro. Enquanto as outras confederações urbanas existentes tinham dúvidas entre resistir ou aceitar a intervenção no movimento sindical, a CONTAG optou pelo enfrentamento ao poder econômico e político em uma de suas principais bases: a democratização da terra e a organização política dos trabalhadores rurais, por meio da formação de lideranças.

Durante os ‘**anos duros**’ do regime ditatorial militar, 1968 e 1969, os dirigentes do MSTR aceleraram o processo de organização e politização da categoria. Lançaram o **periódico “O Trabalhador Rural”**, informativo que levava as idéias e propostas da direção da CONTAG acerca das bandeiras de lutas e da organização sindical às Federações.

Nesse período, a direção da CONTAG qualificou ainda mais a sua forma de comunicação com a base, lançando a **revista mensal “O Trabalhador Rural”**, apresentando análises sobre a conjuntura nacional e sugerindo encaminhamentos para reflexão nos estados.

Num dos primeiros números dessa revista, foi transcrita a carta ao Papa Paulo VI, assinada por José Francisco, que reafirmava: *“É, para vencer barreiras centenárias de irracionalidades geradas pelo latifúndio, sinônimo de um poder político, econômico, social e cultural que contrariam a função social de propriedade, é necessária uma decisão*

drástica e enérgica pela reforma agrária”. Os textos reproduzidos no periódico **demonstram explicitamente o enfrentamento da CONTAG diante das políticas do governo militar.**

A necessidade de organizar os trabalhadores nos municípios e constituir sindicatos era uma das grandes demandas do movimento sindical naquele momento. A revista “o Trabalhador Rural” era um dos meios utilizados para chamar os trabalhadores para organização sindical. Um espaço chamado “Conversa de Caboclo” que contavam histórias sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais, criadas pela equipe técnica da Contag e assinadas com nomes fictícios, para chamar a atenção dos camponeses sobre a importância da organização sindical. Em uma dessas histórias consta esse trecho: “E quem é esse sindicato, que vai dar nosso valor? É uma sociedade composta de agricultor. Nós vai lá se reunir, pra acabar com a tal de meia. Que sempre nos tem trazido amarrado no nó da peia.”

A luta essencialmente corporativa, nunca foi a marca do movimento sindical coordenado pela CONTAG, já em 1968, preocupados com a importância da educação para o desenvolvimento do campo, foi organizado um **Encontro Nacional em Petrópolis**. Reunindo diversos representantes das Federações concluíram que: a) o diálogo deve ser a base para a construção de uma proposta educativa para o campo; e b) o método a ser utilizado, deve levar em conta o conhecimento da realidade, que será criticada, para daí se chegar à escolha da ação e a própria ação, conhecimento e crítica.

Na revista “O Trabalhador Rural”, a direção da CONTAG politizou o debate sobre o papel da organização sindical e utilizou repetidamente o lema “Sindicalismo autêntico, é Sindicalismo livre”. Denunciou a intenção de cooptação do governo através do assistencialismo. Demonstrou que o conceito de desenvolvimento do governo era diferente da idéia do MSTR: “milhões de camponeses continuam morrendo de fome (...), mas o Brasil está em franco crescimento. Sim, porque crescer é bem diferente de desenvolver”.

Levantamento elaborado pela CONTAG, em 1971, demonstraram que a estratégia adotada pelo MSTR foi acertada, conforme a tabela abaixo:

Levantamento numérico do movimento sindical em 22 estados, inclusive Brasília e Guanabara, de 1960 a 1971.

	Municípios brasileiros	Municípios com sindicatos	Municípios sem sindicatos	Média de sócios por sindicato
Início de 1969	3959	705	3254	800
Final de 1971	3959	1045	2914	1132

Fonte: Revista O Trabalhador Rural

Em março de **1971**, ocorreu a Reunião do Conselho Deliberativo que escolheu a diretoria da CONTAG para o triênio 1971/1974, tendo como presidente **José Francisco/PE**, esta foi a 4ª eleição da CONTAG.

A CONTAG segue sua trajetória e realiza seu **2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR em 1973**, que representou um marco para a organização da classe trabalhadora rural, logo o governo militar buscou impedir a posse da diretoria eleita. Em maio de 1977 foi empossada a direção para o triênio 1977/1980.

Em **1979** acontece o **3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**, dando visibilidade nacional ao sindicalismo de trabalhadores coordenados pela CONTAG. Em abril de 1980, foi empossada a direção para o triênio 1980/1983 e a festa de posse contou com a presença dos **ex-dirigentes Lyndolpho Silva e José Pureza da Silva**, ambos fundadores da CONTAG, de volta ao país após vários anos de exílio.

Durante o **3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**, em 1979, em seu discurso de abertura, o **presidente José Francisco** recordou: *“apesar das condições desfavoráveis para o trabalho sindical entre o último Congresso e os dias atuais, passamos de 19 para 21 Federações, de 1.500 sindicatos para 2.275, de dois milhões e meio de associados para mais de cinco milhões”*.

A CONTAG estava consolidada, não como um espaço desse ou daquele ‘modo de pensar o sindicalismo’, mas de todas as correntes políticas existentes. Rompeu com a visão imediatista da luta sindical e buscou atender às outras dimensões e necessidades do ser humano, inclusive, apontando o conceito de desenvolvimento que se queria para o campo: *“O desenvolvimento deve vir acompanhado de transformações sociais e políticas”*.

O mesmo aconteceu com o estímulo à participação, em registros internos, vê-se que reuniões de avaliação e planejamento sempre estiveram presentes na história dessa entidade, inclusive, com a participação da assessoria nesses momentos, demonstrando como praticar democracia interna, mesmo em momentos difíceis e sob ameaça constante dos militares.

No **4º CNTR** em **1985** o debate sobre o modelo de reforma agrária defendido pelo MSTR foi o ponto alto. Os **delegados aprovaram a realização de eleições da CONTAG e Federações em Congresso, com mandato de três anos**. Em dezembro de 1985 aconteceu a **1ª Eleição Congressual** da história da CONTAG.

Apesar da deliberação do 4º CNTR, a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da CONTAG, **gestão 1989/1992**, não aconteceu em congresso. As urnas foram colocadas nas sedes das federações. A votação foi de um delegado por sindicato. A Diretoria Efetiva teve como **presidente Aloísio Carneiro/BA**. Nessa eleição **foi eleita a primeira mulher, Gedalva de Carvalho/SE, enquanto suplente da direção da entidade**.

No **5º CNTR**, em novembro de **1991** a participação da base foi ampliada qualitativa e quantitativamente. Elegeram o dirigente **Francisco Urbano/RN** como presidente da CONTAG.

Em agosto de **1994** foi realizado o **1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais – CNETR**. Neste congresso participaram a direção executiva da CONTAG, a direção efetiva das federações e os delegados eleitos em número correspondente a 10% dos sindicatos filiados a cada federação. Foi **assegurada a participação das diretoras da CONTAG, como delegadas, e de duas trabalhadoras rurais por estados**.

O **6º CNTR** acontece em maio de **1995** explicitando a necessidade da classe trabalhadora rediscutir a sua prática de luta e de convivência democrática com as divergências. O **6º CNTR** foi um marco, pois a partir daí o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR **incorporou o conceito de agricultura familiar** às suas formulações, dando os passos iniciais para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, a participação efetiva das mulheres na Diretoria da CONTAG e uma maior abertura para os jovens e as pessoas da 3ª idade. No 6º CNTR também foi **aprovada a filiação da CONTAG à Central Única dos Trabalhadores - CUT**. Em 1995 foi oficializada estatutariamente a **Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**, cuja Coordenadora passou a integrar a Diretoria da CONTAG. A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR elege a sua Coordenadora Nacional, **Margarida Maria Alves da Silva (Hilda)** do STTR de Surubim/PE.

Dois anos (1997) depois foi realizada a **1ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais** que discutiu as lutas específicas das mulheres e a sua relação com as lutas do conjunto da categoria.

O **7º Congresso** representou um marco, em **1998** mais de 1.400 delegados e delegadas debateram e aprovaram um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS. Nascia o PADRS representando um passo significativo para a articulação e unificação das lutas da categoria na esfera nacional e para o fortalecimento de um novo tipo de interseção campo e cidade.

O projeto ampliou a visibilidade política das mulheres coordenadas pela **CNMTR**, que já haviam conquistado a inclusão da Coordenação da Comissão Nacional no Estatuto da CONTAG. Incluíram mais um “T” no nome do congresso, que passou a ser 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR. Foi aprovada também a **cota de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias do sindicalismo rural**. Foi eleito como presidente **Manoel José dos Santos/PE**.

Neste Congresso os trabalhadores e trabalhadoras rurais aprovaram: **o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS**, tendo por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, expansão, valorização e fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar, centrado na inclusão social, no desenvolvimento social, econômico, ecologicamente sustentável e no fim de todas as discriminações, em especial as de gênero, de geração, raça e etnia. Para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS desenvolveu-se um trabalho de formação de lideranças em desenvolvimento local, através do **Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS**, voltado para a animação e estímulo a processos de desenvolvimento sustentável ao nível local, possibilitando uma maior intervenção nas políticas públicas e nos Planos Municipais.

Em outubro de **1999** foi realizado o **2º Congresso Extraordinário** buscando atualizar e potencializar o MSTTR para o desafio de implementação do PADRS. o **2º CNETTR** discutiu e deliberou especificamente sobre estrutura, organização, gestão e auto-sustentação do MSTTR. Este processo de avaliação e discussão interna tem possibilitado continuar na construção de um movimento sindical autônomo, combativo, ético e participativo.

Em Março de **2001** acontece o **8º CNTTR** , onde o **MSTTR reafirmou a estratégia de continuidade e o avanço no processo de implementação do PADRS**,

indicando a necessidade de atuação efetiva na organização da produção e comercialização. Foi criada a **Comissão Nacional de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais** e a Coordenadora da Comissão, **Simone Battestin/ES** foi eleita junto com a Direção Efetiva da CONTAG. Neste congresso foi deliberada a necessidade do MSTTR participar articuladamente das Eleições Eleitorais e de eleger representantes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os Congressos da CONTAG garantiram o debate, a socialização e a integração nacional das políticas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. Ver **anexo I** sobre a trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG.

Desde então, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem aperfeiçoando suas proposições e ações em torno da construção e implementação do PADRS, se contrapondo aos padrões dos sucessivos modelos de desenvolvimento implementados no Brasil. Modelos estes, que embasados na preservação do latifúndio e na produção de monoculturas para exportação, fizeram aprofundar a exclusão social, o desemprego, a concentração da terra e renda, sendo responsáveis, também, pela violência no campo e pela alta degradação ambiental.²

Como também, implementando e ajustando, permanentemente, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS. Sua última atualização ocorreu no **9º Congresso Nacional da CONTAG**, realizado em Brasília, no ano de 2005. Dentre os vários ajustes, ressalta-se a reflexão sobre o princípio da **SOLIDARIEDADE**. Durante o **9º Congresso**, as trabalhadoras e trabalhadores rurais entenderam não ser possível se opor ao neoliberalismo sem implementar profundas mudanças nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, de todas as idades, raças e etnias que vivem e trabalham no campo.

Logo, a solidariedade foi compreendida enquanto principal elemento para a construção de relações fraternas entre a classe trabalhadora rural, na perspectiva de um mundo melhor. Nosso projeto passou a ser denominado: **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.**

A construção do **PADRSS** foi a primeira iniciativa concreta de unificar as demandas do campo, considerando as diferenças e especificidades regionais, culturais, produtivas, ambientais, organizativas, de gênero, geração, raça e etnia. E ainda propõe alternativas específicas que consideram as demandas das pessoas no âmbito das suas

² PORTO, Cleia Anice. "Reforma Agrária e Agricultura familiar como base para o desenvolvimento rural – Sustentabilidade e qualidade de vida, Reforma Agrária e Meio Ambiente, Instituto Socioambiental, 2003, p.107

características produtivas, a exemplo das assalariadas e assalariados rurais, das agricultoras e agricultores familiares, assentados, acampados, meeiros, posseiros, extrativistas, dentre outros.

A incorporação das propostas do **PADRSS** no dia-a-dia do MSTTR estimulou profundas mudanças em nossas entidades, garantindo um salto qualitativo e dinâmico às respostas necessárias ao atendimento das demandas da base. A ampliação das frentes de lutas do MSTTR foi uma delas. Não bastava atuar nas questões trabalhistas, previdenciárias, de acesso à terra e crédito, sem articular essas lutas com outras políticas necessárias e estratégicas para garantir o desenvolvimento rural sustentável que se pretende.

A ampliação das frentes de lutas acabou estimulando o MSTTR a expandir e qualificar suas direções. Foram criadas as secretarias específicas, primeiramente na CONTAG, em seguida nas Federações, e em muitos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Essas **mudanças apontaram para a necessidade de investir na formação política, sindical e profissional de novas lideranças sindicais e técnicas do MSTTR**. Essas ações formativas deram visibilidade a um público estratégico para as mudanças, a juventude e as mulheres trabalhadoras rurais.

Ainda hoje, esse processo formativo busca **conjuguar a formação política sindical** com as demandas por melhoria das condições de trabalho, aumento da renda e dos salários, direitos trabalhistas e previdenciários, elevação dos níveis de escolaridade, de formação e requalificação profissional, habitação rural, saneamento básico, saúde pública e de qualidade, educação do campo e lazer.³ Conjugadas com as demandas estruturantes do desenvolvimento rural sustentável, como o acesso à terra, crédito, infra-estrutura social e produtiva, condições de comercialização, tecnologias de produção adaptada à agricultura familiar e aos ecossistemas.

A estratégia do MSTTR se orientou pelo estímulo à participação política e à gestão democrática na comunidade, município, território ou região, levando os excluídos e marginalizados do campo a serem protagonistas de uma outra realidade, sem perder de vista a articulação entre o local, o regional e o territorial com o global, o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária.

Tal estratégia exige uma participação efetiva nos processos políticos e eleitorais, nos espaços de concepção e gestão de políticas públicas e, o permanente debate com a

³ Anais da 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Novembro 2003

sociedade sobre a concepção de espaço rural e do desenvolvimento que propomos, tendo como um dos principais objetivos reverter o processo neoliberal e viabilizar políticas públicas necessárias à implementação do **PADRSS**.

Não queremos dizer que o projeto vá resolver num passe de mágica os desafios históricos que estão postos para trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiras. Mas, sem dúvida, representa um salto qualitativo para nossa organização, mobilização, luta e ampliação das possibilidades concretas de implementarmos e consolidarmos o **PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E SOLIDÁRIO – PADRSS**.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – **CONTAG**, em seus **43 anos de existência**, com o esforço e a participação de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tem contribuído, de maneira decisiva, para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e solidária em nosso País.

Em sua história de luta, a CONTAG continua engajada na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. É a maior entidade camponesa da América Latina organizada em 27 Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura e 4.100 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa organização se constitui no **Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR**. É essencial que tenhamos viva, unida e ativa essa grande estrutura de representação construída ao longo desses 43 anos, em prol do bem - estar da representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso país.

A CONTAG foi fundada no dia 22 de dezembro de 1963 em 01 Congresso Nacional. Desde então, foram realizados mais 08 Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 02 Congressos Nacionais Extraordinários de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 01 Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 03 Plenárias Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 01 Congresso Nacional da Terceira Idade, 03 Encontros Nacionais de Juventude.

A CONTAG nestes 43 anos se engajou nas principais lutas do povo brasileiro: **contra a ditadura militar**, pela anistia política, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, por eleições diretas para presidente e governadores, no Movimento “Diretas Já”, na Constituinte de 1988 e foi participante do Comitê em Defesa da Ética na Política que levou ao “Impeachment” o presidente Fernando Collor de Mello.

Os Congressos da CONTAG adquiriram cada vez maior importância política e capacidade no aprofundamento das questões de interesse da categoria.

A história da CONTAG é marcada também por ações de massa em defesa dos interesses da categoria. A partir de 1995, o MSTTR passou a se mobilizar anualmente no **“Grito da Terra Brasil”** - nacional, estaduais e municipais - que hoje é considerado como a **“data-base” para a categoria trabalhadora rural**, marcada pela mobilização, proposição, reivindicação e negociação das políticas essenciais para o meio rural.

A **Marcha das Margaridas** é outra ação de massa importante no contexto do MSTTR, em sua primeira edição mobilizou milhares de trabalhadoras rurais dos municípios, estados e regiões, contando também com a adesão das trabalhadoras urbanas. Foi reconhecidamente, a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. Os principais objetivos da Marcha, foram o fortalecimento das organizações e comissões de mulheres nos STTRs, Pólos/Regionais, FETAGs, CONTAG, e principalmente a inclusão e organização das mulheres trabalhadoras de base; dar visibilidade e reconhecimento ao papel político, econômico, social e cultural das mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e na sociedade. A próxima Marcha das Margaridas acontecerá em agosto de 2007.

A CONTAG procurou se estruturar como uma **entidade legítima de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais** em defesa dos interesses da classe camponesa, contribuindo para a ampliação e o fortalecimento da organização e representação sindical no meio rural: reivindicando, mobilizando, propondo e negociando políticas agrícolas diferenciadas, direitos trabalhistas e políticas sociais que resgatam a área rural enquanto espaço de vida, de luta, de trabalho e de construção de conhecimentos capazes de promover as transformações necessárias para um desenvolvimento sustentável em nosso país.

Nossa trajetória é fruto de organização, trabalho, articulação e mobilização dos **Sindicatos e Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais** que, em cada município e estado, vêm, desde a fundação da CONTAG construindo o MSTTR.

ANEXO I

Trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG

1ª Eleição da CONTAG	Em Congresso participativo, democrático e de construção de estratégias comuns, as organizações que atuam no campo criam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. O congresso contou com a participação de 29 federações, de 18 estados. Ao final, foi eleita a primeira Direção Executiva : Lyndolpho Silva/RJ, Sebastião Lourenço de Lima/MG, e Nestor Vera/SP.
2ª Eleição da CONTAG	Com o golpe militar , a direção da CONTAG foi deposta e alguns dirigentes presos. Uma Junta Governativa foi indicada pelo Ministério do Trabalho e, no ano seguinte foi eleita para o período de 1965 a 1968 a diretoria composta por: José Rotta/SP; Euclides A. do Nascimento/PE; Joaquim B. Sobrinho/PA; João de A. Cavalcante/PA; José Lazaro/PR; Nobor Bito/; Agostinho J. Neto/RJ; Joaquim Damasceno/RN e Antonio J. de Faria/RJ. Para o Conselho Fiscal , foram escolhidos: Jose Felix Neto/SE; José Palhares/RN e João Jordão da Silva/PE.
3ª Eleição da CONTAG	Em 1968, as eleições contaram com duas chapas. Uma encabeçada por José Rotta, que representava a influência do Ministério do Trabalho e, a outra chapa por José Francisco, contando com o apoio de entidades sindicais urbanas e da base do movimento sindical de trabalhadores rurais. A eleição ocorreu na reunião do Conselho Deliberativo da CONTAG, onde apenas 11 Federações votavam. Por apenas 01 voto de diferença, a chapa encabeçada por José Francisco saiu vitoriosa. Foram eleitos para o mandato de 1968/1971: José Francisco/PE; José Felix Neto/SE; Joaquim A. Damasceno/RN; José Ari Griebler/RS; Geraldo F. Miqueletti/PR; João de A. Cavalcante/PB; Agostinho José Neto/RJ; José Benedito da Silva/AL e Otavio F. Gomes/CE. O Conselho Fiscal: Joaquim Coutinho/RN; Tarciso G. Mendes/CE e Manoel P. da S. Filho/PB.
4ª Eleição da CONTAG	Em março de 1971, ocorreu a Reunião do Conselho Deliberativo que escolheu a Diretoria da CONTAG para o triênio 1971/1974, composta pelos diretores efetivos: José Francisco/PE; Otávio F. Gomes/CE; Francisco Urbano de A. Filho/RN; Zacarias Pedro/SC; Acácio F. dos Santos/RJ; Agenor P. Machado/SP e José Felix Neto/SE.
2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR , a classe trabalhadora faz valer sua vontade. O congresso deliberou sobre: Legislação Rural, Educação, Previdência, Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola. No encerramento, o presidente da CONTAG enfatizou a necessidade de cumprimento do Estatuto da Terra para: “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a Justiça Social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.	

Trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG

5ª Eleição da CONTAG	Em março de 1974, o Conselho de Representantes da CONTAG elegeu a nova diretoria para o triênio 1974/1977. A Diretoria Efetiva foi composta por: José Francisco da Silva/PE; Octavio Adriano Klafke/RS; Paulo F. Trindade/ES; Jonas P. de Souza/MT; Francisco Urbano A. Filho/RN; José Felix/SE; Leocadio N. de Oliveira; Acácio F. dos Santos/RJ e José B. da Silva/AL. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; Euclides D. Canalle e João Tavares da Silva.
6ª Eleição da CONTAG	Em maio de 1977, foi empossada a Direção para o triênio 1977/1980. A Diretoria Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; Paulo F. Trindade; Orgenio Rott/RS; Francisco Urbano A. Filho/RN; José Felix/SE; Henrique Gomes Vilanova/PI; Acácio F. dos Santos/RJ e José B. da Silva/AL. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; Euclides D. Canalle e Jonas P. de Souza.
3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – CNTR – “Um marco na História da classe trabalhadora rural”.	
7ª Eleição da CONTAG	Em abril de 1980, foi empossada a direção para triênio 1980/1983. A Diretoria Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; André Montalvão/MG; José B. da Silva/AL; Gelindo Zulmiro Ferri/RS; Jonas P. de Souza/MT; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN e Henrique Gomes Vilanova/PI. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; João F. de Souza e Norberto Kortmann
8ª Eleição da CONTAG	Em abril de 1983, foi empossada a direção para o triênio 1983/1986. A Direção Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; André Montalvão/MG; Estevam N. de Almeida/BA; Gelindo Zulmiro Ferri/RS; Jonas P. de Souza/MT; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN e Osmar Araújo/PI. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; João F. de Souza e Norberto Kortmann.
4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR, “Reforma Agrária para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade”. “a democratização da terra é a base para a democracia no Brasil”.	
9ª Eleição da CONTAG “1ª Eleição da história da CONTAG em Congresso”	A Direção Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Ezidio V. Pinheiro/RS; Divino Goulart/GO; Francisco Sales/MA; André Montalvão/MG; Jonas P. de Souza/MT; Elio Neves/SP; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN; Aloísio Carneiro/BA; Pedro Ramalho/MS e José Amadeu Araújo/CE. O Conselho Fiscal foi composto por: Henrique Gomes Vilanova; João F. de Souza e Norberto Kortmann.
10ª Eleição da CONTAG “Eleição da CONTAG de 1989 não ocorreu em Congresso”.	A Diretoria Efetiva eleita era composta por: Aloísio Carneiro/BA; José Francisco da Silva/PE; José Amadeu Araújo/CE; Antenor Beni/PR; Erny Knortst/RS; André Montalvão/MG; Norberto Kortmann/SC; Vidor Jorge Fanta/SP; Francisco Sales/MA; Francisco Urbano A. Filho/RN; Pedro Ramalho/MS e Adevair N. de Carvalho/ES. O Conselho Fiscal foi composto por: Jonas P. de Souza; Eraldo Lírio de Azevedo e Henrique Gomes Vilanova. Nessa eleição foi eleita a primeira mulher, a sergipana Gedalva de Carvalho , enquanto suplente da direção da entidade. As mulheres conquistam a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, que apesar de subordinada à presidência da entidade, dava os primeiros passos para consolidar a organização das mulheres trabalhadoras rurais.

Trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG

<p>11ª Eleição da CONTAG</p>	<p>5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – CNTR. “TERRA, PRODUÇÃO, SALÁRIO”.</p> <p>“apesar das tentativas de desarticulação das organizações sociais promovidas pelo governo, o MSTR reuniu mais de dois mil delegados (as) de todo o país, para rediscutir e redefinir suas lutas”.</p> <p>A Direção Efetiva eleita era composta por: Francisco Urbano A. Filho/RN; Aloísio Carneiro/BA; José Francisco da Silva/PE; Juarez L. Pereira/MG; Tereza Silva/MG; Hilário Gottselig/SC; José Fialho/MS; Itálico Cielo/RS; José Raimundo de Andrade/PB e Francisco Sales/MA. Conselho Fiscal: Antonio Zarantonello; Wilson Paixão e Osmar Araújo.</p>
<p>1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais – CNETR</p> <p>“... não podemos sacrificar a nossa intervenção nos processos eleitorais gerais que o país viverá, convocando um congresso massivo em Brasília. As eleições de agora terão a responsabilidade de construir o amanhã...”.</p> <p>Constatando que o próximo congresso aconteceria na segunda quinzena de novembro, no mesmo período em que ocorreriam as eleições gerais de 1994, o Conselho Deliberativo aprovou a realização de um Congresso Extraordinário, em Brasília, em agosto de 1994. O Congresso Extraordinário foi coordenado pelo Presidente em exercício, Aloísio Carneiro. Francisco Urbano estava licenciado para concorrer a uma vaga para o Senado Federal, pelo Rio Grande do Norte</p>	
<p>12ª Eleição da CONTAG</p>	<p>6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – CNTR. “Nem fome, nem miséria. O campo é a solução”.</p> <p>A direção eleita teve a seguinte composição: Diretoria Efetiva: Francisco Urbano A. Filho/RN; Avelino Ganzer/PA; Gerônimo Brumatti/ES; Francisco Miguel de Lucena/CE; Maria Santiago de Lima/RO; Hilário Gottselig/SC; Norival Guadagnin/SP; Francisco Sales/MA; Alberto Ercílio Broch/RS; Guilherme Pedro Neto/GO; Airton Luiz Faleiro/PA e Sebastião Rocha/MG. Conselho Fiscal: Antonio Zarantonello; Divino Goulart e Almir José Feliciano.</p>
<p>13ª Eleição da CONTAG</p>	<p>7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR. “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”.</p> <p>A partir do 7º – CNTTR, passou a ter três dirigentes na direção efetiva da CONTAG. As novas diretoras ocuparam a Coordenação da CNMTR e as Secretarias de Políticas Sociais e a Secretaria de Organização e Formação Sindical.</p> <p>Esse congresso aprovou a <u>cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias do movimento</u>; estabeleceu a auto-sustentação com base nas contribuições voluntárias; iniciou o debate sobre a inclusão de <u>Jovens e a Terceira Idade</u> nas entidades sindicais.</p> <p>Uma chapa foi encabeçada pelo pernambucano Manoel José dos Santos, o Manoel de Serra. A outra, pelo gaúcho, radicado no Pará, Airton Faleiro.</p> <p>A direção da CONTAG teve a seguinte composição: Diretoria Efetiva: Manoel José dos Santos/PE; Gerônimo Brumatti/ES; Francisco Urbano A. Filho/RN; Agnaldo dos Santos Meira/BA; Maria do Ó do Nascimento/AL; Hilário Gottselig/SC; Mario Plefk/PR; Alberto Ercílio Broch/RS; Sebastião Rocha/MG; Guilherme Pedro Neto/GO; Maria da Graça Amorim/MA; Maria de Fátima R. da Silva/PI e Raimunda Celestina de Mascena/CE. Conselho Fiscal: José Roberto de Assis; Antonio Zarantonello e Maira Bottega.</p>

Trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG

<p>2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNETTR</p> <p>“A prioridade será a discussão na base, os trabalhadores e trabalhadoras rurais deverão determinar qual o tipo de sindicalismo que irá representá-los no próximo milênio”.</p>	
<p>14ª Eleição da CONTAG</p>	<p>8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR. “Avançar na Construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”.</p> <p>“entre tantas deliberações, vale <u>destacar a criação da Comissão Nacional da Juventude Trabalhadora Rural</u> e da estrutura cooperativista ligada ao MSTTR, é o futuro sendo construído hoje”</p> <p>Duas chapas concorreram à eleição da direção da CONTAG. Uma chapa encabeçada por Manoel de Serra e, outra, encabeçada pelo baiano Edson Pimenta.</p> <p>A direção eleita teve a seguinte composição: <u>Diretoria Efetiva:</u> Manoel José dos Santos/PE; Alberto Ercílio Broch/RS; Manoel Candido da Costa/RN; Hilário Gottselig/SC; Maria do Ó do Nascimento/AL; Juraci Moreira Souto/MG; José de Jesus Santana/BA; Airton Faleiro/PA; Guilherme Pedro Neto/GO; Maria da Graça Amorim/MA; Francisco Miguel de Lucena/CE; Maria de Fátima R. da Silva/PI; Raimunda Celestina de Mascena/CE e Simone Battestin/ES. <u>Conselho Fiscal:</u> Francisco Sales, Gilson Francisco da Silva e Maria Helena Baungarten.</p>
<p>15ª Eleição da CONTAG⁴</p>	<p>9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR. “Consolidando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”.</p> <p>A direção eleita teve a seguinte composição: Diretoria Efetiva: Manoel José dos Santos /PE; Alberto Ercílio Broch/RS; Manoel Cândido da Costa/RN; David Wilkerson Rodrigues/BA; Regina Rodrigues de Freitas/AC; Juraci Moreira Souto/MG; Pedro Mário Ribeiro/MG; Antoninho Rovaris/SC; Paulo de Tarso Caralo/ES; Alessandra da Costa Lunas/RO; Antonio Lucas Filho/GO; Raimunda Celestina de Mascena/CE; Carmem Helena Ferreira Foro/PA; Maria Elenice Anastácio/RN. Conselho Fiscal: Francisco Sales de Oliveira/MA; Ademir Mueller/PR e Elizete Hintz/RS.</p> <p>Suplentes: Joel José Farias/SE; Simone Battestin/ES; Antonio Soares Guimarães/CE; Maria Lucinete Nicácia de Lima/AM; Maria José de Carvalho/PE; Liberalino Ferreira de Lucena/PB; Wilson Hermuth Gottens/GO; Domingos Albuquerque Paz/MA; Cláudia Pereira Farinha/DF; Maria da Glória da Silva/MT; Maria do Ó do Nascimento Melo/AL; Josefa Rita da Silva/BA; Manoel Carlos Dantas/RO; Paulo César Ventura Mendonça/RJ;</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal: Maria das Graças Darós/SC; Geraldo Teixeira de Almeida/MS e Antonio Vitorino da Silva/AL.</p>

⁴ Fonte: Ata de Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, para o quadriênio 2005/2009

Bibliografia:

- ⇒ Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - 1985
- ⇒ Anais do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – 1991
- ⇒ Anais do 1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais - 1994
- ⇒ Anais do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – 1995
- ⇒ Anais do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – 1998
- ⇒ Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais - 1999
- ⇒ Anais do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – 2001
- ⇒ Anais da 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Novembro 2003
- ⇒ Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – 2005
- ⇒ Publicação – Revista Contag - 40 anos
- ⇒ Ata de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, para o quadriênio 2005/2009.
- ⇒ Manfredi, Sílvia Maria – Formação sindical no Brasil : história de uma prática cultural / Sílvia Maria Manfredi – São Paulo : Escrituras Editora, 1996.
 1. Sindicalismo – Brasil – História
 2. Sindicatos – Brasil – HistóriaI. Título
- ⇒ PORTO, Cleia Anice. “Reforma Agrária e Agricultura familiar como base para o desenvolvimento rural – Sustentabilidade e qualidade de vida, Reforma Agrária e Meio Ambiente, Instituto Socioambiental, 2003, p.107
- ⇒ O Golpe Militar de 64 e a Instauração do Regime Militar – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – FGV.